

A PARTIR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL É POSSÍVEL DESENVOLVER SITUAÇÕES DE APREDIZAGEM QUE FAVOREÇAM A EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE?

Claudio André Machado¹

Giovana Maria Di Domenico Silva²

RESUMO

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, cria uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação para sustentabilidade. Objetivou-se com este estudo a busca por práticas sustentáveis. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo baseou-se na pesquisa qualitativa. Destaca-se que com a realização da pesquisa evidenciou-se certo entendimento do tema, porém, há pouca difusão da temática no universo escolar, mais precisamente no planejamento das aulas. Supracitado, o desconhecimento da matéria, a falta de material e a inexistência do assunto na grade curricular nos cursos de formação são alguns exemplos de percalços na aplicação da sustentabilidade. Conclui-se que a sustentabilidade ainda possui aspectos imaturos no universo escolar, contudo, com a frequente necessidade de se trabalhar caminhos sustentáveis devido aos crescentes níveis de poluição e a decomposição das reservas naturais, obrigam-nos a desenvolver atitudes que aperfeiçoem hábitos de preservação dos meios naturais e que ordenadamente conjuguem-se aos costumes hodiernos. A dimensão sustentável configura-se crescentemente como uma questão que diz respeito a um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o envolvimento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. O desafio que se coloca é de formular uma educação para a sustentabilidade que seja crítica e inovadora em dois níveis: formal e não formal. Assim, ela deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. A educação infantil, que tem como primeiro alicerce do aluno no campo do saber, possuindo uma extrema responsabilidade na introdução do indivíduo no sistema de ensino, e com isso, o dever de explorar as diferentes áreas de ensino, todavia, a área de desenvolvimento sustentável. A educação para a sustentabilidade nos dias atuais é cada vez mais difundida, tendo em vista às práticas que degradam o meio ambiente como um todo. A reflexão sobre os cuidados necessários com os meios naturais deve ser uma atividade social, destarte, deve ser trabalhado e difundido desde a infância do indivíduo, colocando a tona os trabalhos ministrados da educação infantil. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Educação Infantil. Educação para Sustentabilidade.

ABSTRACT

¹ Aluno do Curso de pós-graduação, em nível de especialização, em Desenvolvimento Regional Sustentável da UNOESC, São miguel do Oeste. Graduado em Educação Física e acadêmico do Curso de pós-graduação da Unoesc, Campus de São Miguel do Oeste.

² Professora orientadora. Mestre em Educação. Professora do Curso de Pedagogia da UNOESC, Campus de São Miguel do Oeste.

The reflection on social practices, in a context marked by the permanent degradation of the environment and its ecosystem, creates a necessary articulation with the production of meanings about education for sustainability. The objective of this study was the search for sustainable practices. The methodology used for the development of the study was based on qualitative research. It is noteworthy that with the realization of the research there was a certain understanding of the theme, but there is little diffusion of the theme in the school universe, more precisely in the planning of classes. Supracitado, ignorance of the subject, lack of material and lack of subject in the curriculum in the training courses are some examples of mishaps in the application of sustainability. It is concluded that sustainability still has immature aspects in the school universe, however, with the frequent need to work on sustainable paths due to increasing levels of pollution and the decomposition of natural reserves, oblige us to develop attitudes that improve habits of preservation of natural means and that orderly conjugate to the current customs.

The sustainable dimension is increasingly a question that concerns a set of actors in the educational universe, enhancing the involvement of the different knowledge systems, the training of professionals and the university community in a interdisciplinary perspective. The challenge is to formulate an education for sustainability that is critical and innovative at two levels: formal and non-formal. Thus, it must above all be a political act aimed at social transformation. Early childhood education, which has the first foundation of the student in the field of knowledge, having an extreme responsibility in introducing the individual into the education system, and with this, the duty to explore the different areas of education, however, the area of sustainable development . Education for sustainability in the present day is increasingly widespread, in view of practices that degrade the environment as a whole. The reflection on the necessary care with the natural means should be a social activity, so it must be worked and diffused since the childhood of the individual, putting the foreground the works taught in the education of children. His approach should seek a holistic perspective of action that relates man, nature and the universe, having as reference that natural resources are depleted and that the main responsible for its degradation is the human being.

Key words: Sustainability. Child education. Education for Sustainability

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o tema da sustentabilidade, diante do qual elegeu-se a seguinte problemática de estudo: A partir das práticas pedagógicas da educação infantil é possível desenvolver situações de aprendizagem que favoreçam a educação para sustentabilidade?

O período de 0 a 5 anos, que envolve a etapa da Educação infantil, é repleto de momentos importantes para as crianças. A construção de uma identidade pessoal, a aquisição da marcha, a aprendizagem da fala, o controle dos esfíncteres, o desenvolvimento das primeiras amizades e o faz de conta são apenas algumas delas. Isso sem falar nas experiências de aproximação da cultura: a leitura, a escrita, o contato com a literatura e com as artes. Todas essas conquistas devem ser consideradas quando se organizam os ambientes das creches e escolas em que as crianças convivem. Dentro dessa perspectiva, esses ambientes

devem ser agradáveis, acolhedores, afetivos, e ao mesmo tempo desafiadores (OLIVEIRA, 2014).

Entende-se o contexto da educação infantil como espaço de descobertas do mundo e neste está à sustentabilidade, objeto de estudo deste trabalho.

No intuito de estudar sobre o tema em questão definiu-se como objetivo geral: Caracterizar as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da educação infantil que favorecem situações de aprendizagem visando à educação para sustentabilidade. Os objetivos específicos, que orientaram o estudo foram: descobrir situações de aprendizagens desenvolvidas na Educação Infantil que contribuem para a construção de conhecimentos, práticas/attitudes que contribuam com a sustentabilidade; apontar as dificuldades encontradas para desenvolver práticas educativas para a sustentabilidade; no contexto da Educação infantil; e Quais as ações desenvolvidas pela escola favorecem o desenvolvimento nos alunos de competências ligadas à sustentabilidade.

Destaca-se que há inúmeras razões que justifiquem justificam a realização de estudos e trabalhos voltados à área da sustentabilidade, dentre os quais é possível destacar a poluição ambiental, desmatamento e contaminação das águas e do ar. Estudos descrevem que cerca 42 % das florestas do planeta já não existem mais e cerca 70% da água de nosso planeta apresenta algum tipo de contaminação.

Centros mais urbanizados requerem uma gama de estudos e reflexões, destarte os problemas rotineiros como saneamento básico, transporte urbano, segurança publica, saúde, poluição do ar e seus mananciais são tópicos que merecem atenção.

As áreas rurais também possuem sua cota de desequilíbrio sustentável, a crescente produção e os números cada vez maiores de pesticidas e agrotóxicos requerem uma manutenção extremamente consciente.

Portanto entende-se que é de extrema importância o debate da sustentabilidade no sistema de ensino e a educação infantil caracteriza-se como o caminho de início desse processo formativo. Outro fator relevante é que na educação infantil as crianças estão abertas a novidades, está formando sua personalidade, é o momento de lançar sementes.

Este trabalho apresenta na sequência a discussão teórica que sustenta este estudo, a metodologia e a análise dos dados pesquisados.

2 O QUE CARACTERIZA A EDUCAÇÃO INFANTIL?

Quando pensamos na educação infantil, vale a reflexão sobre o que fez e faz parte deste processo educativo, no contexto da Educação Básica.

Oliveira (2014, p 34.) ao pensar sobre as crianças sujeitos da Educação Infantil destaca:

Como concepções de infância são construções históricas, em cada época predominam certas idéias de criança, de com esta se desenvolve e quais comportamentos e conhecimentos ela deve apresentar. Para entender esse processo, é preciso pensar como circulam em nossa sociedade concepções sobre o desenvolvimento da criança e o papel da família, da comunidade, das instituições educacionais e dos órgãos governamentais na educação de meninos e meninas. Tais concepções orientam ações diversas por parte do poder público e da iniciativa privada, conforme a camada social da população atendida.

Até meados do século XIX, não existia em nosso país atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches, parques infantis ou jardins de infância. Essa situação se modifica um pouco a partir da segunda metade do século XIX, com o aumento da migração dos moradores da zona rural para a zona urbana das grandes cidades e com a proclamação de República, fazendo surgir condições para um desenvolvimento cultural e tecnológico no país. (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

Em 1919, o governo instituiu o Departamento da criança, que defendia uma assistência científica à infância. Começava predominar um discurso médico que atribuía a família a culpa por eventuais doenças de seus filhos, podendo a creche possibilitar o crescimento saudável das crianças. (OLIVEIRA, 2002, p. 20).

Junto com essas preocupações sanitaristas com os trabalhos de creches, muitos debates que estavam ocorrendo no país traziam a questão educacional para o centro das discussões políticas nacionais. Um bom exemplo foi o Movimento da Escola Nova, do qual participavam renomados educadores brasileiros participaram.

Ao longo da segunda metade do século XX, o incremento da industrialização e da urbanização no país levou a um novo aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho. Com isso, parques e creches infantis que atendessem crianças em período integral passariam a ser cada vez mais preocupados não só por operárias e empregadas domésticas, mas também por trabalhadoras do comércio e por funcionárias públicas.

Para Oliveira (2002, p. 49):

Uma mudança importante havia ocorrido no entanto, no início da década de sessenta: a Lei de Diretrizes da Educação Nacional aprovada em 1961 (Lei 4024/61) aprofundou a perspectiva apontada desde a criação dos jardins-de-infância: sua inclusão no sistema de ensino.

No entanto foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 que a educação infantil passa a integrar a educação básica, conforme dispõe no: “Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Sobre a oferta da educação infantil a LDB 9394/96 dispõe que : “Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.”

Considerando o disposto pela LDB 9394/96 compreende-se que esta etapa da Educação Básica estará trabalhando na perspectiva da formação humana e a educação para a sustentabilidade caminha nesta perspectiva. Isso também é possível observar quando analisa-se a finalidade da Educação infantil na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO 9394/96).

3 O QUE É SUSTENTABILIDADE?

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979, indicando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só econômicas. Esse conceito foi disseminado mundialmente pelos relatórios do Worldwatch Institute na década de 80 e particularmente pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987. (BENFICA, 1987 p. 03).

Corroborando com esse posicionamento tem-se a definição do Ministério do Meio Ambiente que diz que a educação ambiental é:

Um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir individual e coletivamente e resolver problemas ambientais presentes e futuros. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1976, p. 32).

As discussões sobre desenvolvimento sustentável representam as possibilidades de garantia de mudanças sociopolíticas que futuramente não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam a sociedade.

4 O QUE É EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE?

A Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, descreve no capítulo II, Art. 7º que:

[...] a educação ambiental é componente integrante, essencial e permanente de Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da educação básica e da educação superior, para isso devendo as instituições de ensino promover-las integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos (BRASIL, 2012)

Já no Art. 16 da mesma Resolução Nº 2/2012, esta esclarece que:

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da educação superior pode ocorrer:

I – pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II – como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III – pela combinação da transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. (BRASIL, 2012)

A legislação atual vigente esclarece, facilita e apoia às práticas de ensino sustentável no ambiente escolar. Porém é preciso consolidar mecanismos didáticos para facilitar a introdução da proposta durante o andamento das aulas. Contudo, com a unificação dos poderes municipais, regionais e federais é possível modificar o quadro vigente para ampliar estudos sustentáveis em larga escala.

Freitas, Ribeiro (2007, p. 32), dizem:

[...] é preciso considerar a questão da sustentabilidade na produção socioespacial. As pressões antrópicas são em sua maioria responsáveis pela degradação ao meio ambiente, por isso é preciso que o homem respeite e zele por eles. A partir dessa perspectiva a educação ambiental pode prover algumas orientações indispensáveis para o estabelecimento de um ambiente saudável. Por meio dela e pelas razões já mencionadas, deve-se desde a mais tenra idade começar a estimular o equilíbrio na relação homem X ambiente, produzindo ainda na criança hábitos ecológicos corretos.

Tomando-se como exemplo o fato de que a maioria da população brasileira viver em cidades nota-se uma crescente degradação das condições de vida, espelhando uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva atual.

5 A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, configura-se como um espaço importante de construção de valores e concepções acerca do meio ambiente.

Nesta perspectiva Oliveira (2014, p. 23) afirma:

O ambiente educativo cumpre um papel fundamental da integração das experiências infantis. Ele não se restringe aos espaços físicos e materiais, mas abrange também as relações interpessoais, e atmosfera ativa, os valores que se exprimem nas ações e as experiências educativas promotoras de desenvolvimento humano e que trazem consigo as regras de tolerância, respeito, responsabilidade, e do prazer de estar em grupo. A qualidade do ambiente em si pode assegurar muitas das expectativas de aprendizagem para a educação infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), afirmam:

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais; (BRASIL, 2009)

O disposto pelas DCNEI (2009) constituem-se como oportunidades para que as crianças aprendam o sentido da natureza e seu delicado equilíbrio, o papel de todos os seres vivos na manutenção da vida e do equilíbrio ecológico, a interferência do homem e os limites de sua ação no meio natural, o respeito a vida animal, as plantas e ao planeta em que vivemos, de modo geral.

As crianças prestam muita atenção a tudo o que veem, mesmo quando não intencionais mostrar a eles. Procuram coerência entre o que falamos e o que realmente fazemos. Os professores são fonte inesgotável de modelos e, por isso mesmo, é importante explicitar às crianças a intenção que esta por trás de cada atitude. Daí que para construir hábitos de cuidado, de preservação e não desperdício dos recursos naturais, as crianças precisam encontrar no ambiente a nas atitudes dos professores:

- Orientações sobre como usar as torneiras e o chuveiro;
- Procedimentos de reutilização de materiais e reciclagem, quando for o caso;
- Instruções para o descarte adequado de todo tipo de lixo, inclusive selecionando-o segundo os tipos e o destino de cada um (lixo orgânica, latas, papéis etc.);
- Práticas cotidianas de economia dos recursos naturais em todas as ações: ao preparar os alimentos, ao utilizar matérias plásticas no ateliê de artes, ao confeccionar decorações para as festas, ao planejar com cuidado os bilhetes e as festas, ao planejar com cuidado os bilhetes e as circulares que realmente precisam ser reproduzidas, evitando o uso desnecessário de papel;
- A reflexão sobre os matérias que se devem priorizar em detrimento do outros que demoram mais para se decompor, como o uso de sacolas retornáveis e não de

saquinhos plásticos; copos de vidro, louça ou alumínio em vez dos plásticos descartáveis. (OLIVEIRA, 2014, p 43,).

A Resolução N° 5, de 17 dezembro de 2009, que Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, diz no seu Artigo 6° que:

As propostas pedagógicas de educação infantil devem respeitar os seguintes princípios:

I - Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidade e singularidade.

II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009)

No Art. 7° fala que: “Na observância destas diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica.” No Inciso V do mesmo artigo afirma que isso acontecerá:

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa são o que fala no seu inciso quinto. (BRASIL, 2009).

Toda via, é necessário que os profissionais que atuam na educação infantil apropriem-se dos mecanismos expostos na legislação vigente como forma de aprimorar seus conhecimentos e conseqüente transferir o mesmo para seus representantes, no caso, os alunos que estão recebendo suas aulas.

Pois é possível afirmar que justamente na educação infantil os cuidados estão associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da criança. Ademais, se trata de um desenvolvimento que não é isolado em si mesmo, mas que se encontra envolvido em um tempo histórico. Portanto, o comportamento de um indivíduo adulto e a sua postura em relação à natureza pode ter suas causas ainda na infância (RIBEIRO, FREITAS, 2007).

Naturalmente percebe-se que as influências nos primeiros anos de vida das crianças demarcam grande parte de sua personalidade, reforçando ainda mais a necessidade de se trabalhar projetos que sejam voltados para a cultura da sustentabilidade, para que as crianças cresçam com um senso de cuidado e zelo pela nossa sociedade.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002).

A economia não pode ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existe atividade humana sem água, fotossíntese ou ação microbiana no solo. A comparação, nesse contexto, do sistema econômico com um mecanismo não é das mais felizes, pois isto lhe retira o sentido da irreversibilidade própria das mudanças qualitativas que o processo econômico desencadeia (GEORGESCU-ROEGEN, 1974).

A moderna sociedade industrial se caracteriza, por sua vez, por fluxos de sentido único, em que matéria e energia de baixa entropia se convertem continuamente em matéria e energia de alta entropia, não integrados nos ciclos materiais da natureza. Não se pode ter sustentabilidade dessa forma. Um modelo sustentável tem que se basear em fluxos que sejam fechados dentro da sociedade ou ajustados aos ciclos naturais (ERIKSSON, 1992).

Boisier (1989) sugere que para entender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar uma atenção especial a um conjunto de elementos – macroparâmetros – que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico.

A crise ecológica não significa apenas o surgimento de problemas ambientais, mas a necessidade de novas formas de enxergar o mundo e a natureza. Parece indispensável uma mutação cultural que supere a visão reducionista e alcance um enfoque mais global da natureza. (JUNGES, 2004).

A situação de fome, pobreza e injustiça de multidões é a face social da crise ecológica. O mesmo sistema que degrada a natureza, reduzindo-a a mercadoria, avilta a existência das pessoas submetidas a uma luta diária pela sobrevivência, porque não participam do mercado. (JUNGES, 2004.)

Para Capra (1996), estamos no princípio de uma mudança radical de visão do mundo na ciência e na sociedade, uma mudança de paradigma tão profunda como foi à revolução copernicana. É preciso rever grande parte dos conceitos e os esquemas mentais que organizam nossas relações com a natureza e com as pessoas. O conjunto de mudanças no estilo de pensar e agir é essencial para construir sociedades sustentáveis. Para esse autor, uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras.

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto

dos humanos sobre o meio ambiente tem tido conseqüências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Reigota (1998, p.43) diz que:

A educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas.

Tomando-se como referência Vigotsky (apud TAMAIO, 2000, p 45.) pode-se dizer que: “um processo de reconstrução interna (dos indivíduos) ocorre a partir da interação com uma ação externa (natureza, reciclagem, efeito estufa, ecossistema, recursos hídricos, desmatamento).”

A escola é o lugar social da educação; no entanto, a educação escolar não é a única fonte de aprendizado do ser humano, é um momento no decorrer do processo múltiplo de sua socialização. Os espaços escolares, concebidos historicamente como espaços formais de educação, são uma parte do conjunto social de espaços com os quais convivemos e interagimos cotidianamente. Mesmo antes da internet e da globalização, McLuhan (1968, p. 17-18) afirmava que “a quantidade pura e simples de informações transmitidas pela imprensa, revistas, filmes, rádio e televisão excede, de longe, a quantidade de informações transmitidas pela instrução e pelos textos escolares”.

6 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, envolvendo pesquisa teórica e de campo, o qual teve como população envolvida os Professores de Educação infantil (creche e pré-escola) da Rede Municipal de Educação do Município de Bandeirante. A amostragem foi composta de 10 professores, sendo seis professoras formadas em Pedagogia, dois formados em Educação Física e duas formadas em Letras-Inglês, caracterizando-se em 100% da população atuante na Educação Infantil do município. Estes foram escolhidos de forma intencional, pois constituem o corpo docente do referido município e entende-se que todos têm importantes contribuições à pesquisa.

O instrumento utilizado para fins de coleta de dados na pesquisa foi questionário com questões abertas e fechadas. Destaca-se que dos dez questionários entregues retornaram sete, com os quais procedeu-se a análise.

A pesquisa foi composta por cinco profissionais formados em Pedagogia, com uma média de atuação na área que varia de um a vinte e um anos de atuação na Educação Infantil,

e uma profissional de Educação Física com seis anos de prática e outra professora habilitada em Letras-Ingês com onze anos, totalizando assim sete pesquisados, que suas respostas serão analisadas.

Como forma de manter o sigilo dos professores pesquisados, serão usados para representá-los as primeiras letras do alfabeto, com uma sequência de A à G. As cinco primeiras pedagogas serão representadas pelas letras A, B, C, D e E. Já a professora de Letras será representada pela letra F e a professora restante de Educação Física corresponde à letra G.

4 INICIANDO A DISCUSSÃO A PARTIR DAS VOZES DOS EDUCADORES

Considerando que muito do que acredita-se, entende-se, perpassa nas práticas pedagógicas na condição de educadores, no início da pesquisa foi questionado aos participantes sobre a importância da introdução do tema sustentabilidade no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, nesta perspectiva, obtivemos as seguintes respostas:

“Porque é na educação infantil que despertamos os gostos das crianças pelas coisas e é nesse nível que eles estão bastante curiosos e abertos para o conhecimento.” (Professora F)

“É muito importante, pois quanto mais cedo abordar o tema maiores são as chances de despertar a consciência pela preservação.” (Professora C).

A professora A, também considera importante, e nos diz: “Devido ao esgotamento de alguns bens materiais a nível mundial, algo que envolve a todos. É necessário reeducar nossas crianças desde cedo para que futuramente possam refletir sobre seus atos.” (Professora A)

A Professora E destaca: “Para ensinar a importância sobre atitudes de preservação para que as próximas gerações futuras não sofram com a destruição ambiental.” (Professora E)

Portanto, a partir dos relatos fornecidos pelos profissionais é possível perceber a clara importância de se trabalhar a sustentabilidade nos sistemas de ensino. O conhecimento sobre o assunto é perceptível, todavia as situações que se encontram as unidades de ensino em relações a parte material constituem alguns obstáculos a ser implementado o presente tema.

Contribuindo com esse posicionamento Bee (1996) afirma que os anos pré-escolares salientam como o período em que são lançadas as sementes para as habilidades sociais e a personalidade da criança(...) mas, dos 2 aos 6 anos, este modelo inicial é revisado, consolidado e estabelecido mais firmemente.

Outro tema também debatido foi sobre as formas com que os profissionais trabalham a sustentabilidade em seus planejamentos. A Professora A diz:

Que pode ser abordada de uma forma lúdica. Sendo assim com planejamentos e objetivos a compreensão pode ser alcançada como qualquer outro tema. Através de histórias infantis, brincadeiras, cantigas de roda, passeios na própria rotina escolar, através de projetos pedagógicos.” Através de diálogos e histórias sobre o tema sempre ressaltam a importância de não desperdiçar qualquer material. Atividades com muitos materiais recicláveis trazidos pelos próprios alunos. Envolvê-los em situações que envolvam o meio ambiente para o entendimento que possam usufruir sem prejudicar a natureza. E fazê-los compreender a importância dos bens naturais.

Na abordagem da Professora F esta destaca a ludicidade como elemento que pode conduzir as práticas sobre a sustentabilidade na Educação Infantil e Conforme Oliveira (2002, p. 231):

A brincadeira infantil beneficia-se de suportes externos para sua realização: rituais interativos, objetos e brinquedos, organizados ou não em cenários (casa de bonecas, hospital, etc.), que contem não só temas, mas também regras. Em virtude disto o professor pode organizar áreas para desenvolvimento de atividades diversificadas que possibilitem as crianças estruturar certos jogos de papéis em atividades específicas.

A professora B em sua fala relata:

Conversar sobre materiais que podem ser recicláveis, a importância da água, não jogar lixo no chão, falar sobre a importância das árvores, sobre a poluição do ar e explicar o eu pode ser feito para que passamos viver em um mundo melhor. Fazer trabalhos com materiais recicláveis mostrar a importância de se reciclar, manter a escola sempre limpa, cobrando deles a limpeza, ex: colocando lixo sempre na lixeira, levar para passeios no pátio da escola, mostrar as árvores, plantas e explicar a importância delas para nossa vida, registrar as observações em forma de desenhos

A Professora F nos diz: “através de exemplos no cuidado com a água, o lixo e a utilização de matérias que seriam lixo na construção de brinquedos, porta canetas, entre outros”.

Em outra abordagem questionou-se: Quais foram às dificuldades encontradas na aplicação da sustentabilidade durante as aulas.

Em seus relatos as professoras afirmam que:

“Educar para sustentabilidade significa mediar conhecimento com as crianças para que usufruam do meio ambiente, mas sem comprometer a próximas gerações.” (Professora G)

“Acredito que seja simplificar o tema para o melhor entendimento das crianças e também a falta de informações e entendimento da própria família para que a abordagem seja maior e melhor. Sendo que muitas crianças são educadas envoltas de consumo excessivo e de produtos industrializados”.(Professora A)

Analisando o que as professoras afirmam podemos perceber que a “A noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento” (JACOBI, 1997, p.22).

As demais entrevistadas afirmam que percebem dificuldades quanto a situações como:

“Questão da separação do lixo, ensinamos na escola e em casa vai tudo no mesmo”.

“Falta de material didático e capacitação”. (Professora C)

“A faixa etária que acaba dificultando uma abordagem mais ampla e também a falta de conhecimento sobre o assunto”. (Professora F)

“O apoio e a participação da família para desenvolver algumas atividades, como mandar materiais recicláveis à escola”. (Professora D)

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

Por fim foi lhes indagadas sobre a importância da formação para a sustentabilidade. Quais as formas que podem ser e são trabalhadas, e os mecanismos e meios apontados que poderiam ainda mais aprofundar e complementar o assunto.

As professoras integrantes da pesquisa listaram as formas que acharam mais contundentes para facilitar o acesso ao tema:

“Através de algumas palestras oferecidas pela secretaria, mas não há aprofundamento do tema. Também através de alguns órgãos que visitam a escola para abordar o tema com a escola em geral.” (Professora A)

A partir das afirmações é possível perceber o certo desconhecimento do assunto sustentável. O que justifica a falta da introdução do tema no andamento das aulas.

Outra asserção importante é a formação acadêmica. Em relação à formação acadêmica - deve-se dar suporte necessário para nossa prática pedagógica, por ser um assunto do século e devido a diversos fatores. Acredita-se ser pouco abordado na graduação, e se fosse mais aprofundado facilitaria à prática e talvez o alcance maior de informações. A abordagem deve começar na Educação Infantil, haja vista, ser o primeiro método no sistema de ensino do qual os alunos participam. Observa-se o que relatam os pesquisados:

”Educar para a sustentabilidade e a escola junto com a família educar para o consumo racional, para redução do desperdício e preservação do meio ambiente. Numa escola sustentável o cuidado é o objetivo principal na educação, pois educar exige cuidado e cuidar e educar”. (Professora A).

“Educa-los para serem pessoas com consciência e saberem utilizar o que a natureza nos fornece de forma responsável”. (Professora B).

“É mostrar para o educando a importância da preservação e os problemas sociais e ambientais que podem ocorrer futuramente. Fazer com que desenvolvam consciência sobre isso”. (Professora C).

“Educar para formar um cidadão consciente de seus direitos e deveres e um ser humano que seja ético, social, econômico e ambiental”. (Professora D).

“É ter a plena consciência que cada ação gera uma consequência e que educar para a sustentabilidade e pensar no futuro do desenvolvimento em prol da vida. (Professora E).

“A sustentabilidade na escola deve ser entendida como um conjunto de praticas que ocorrem dentro do ambiente escolar, voltado para o desenvolvimento sustentável do planeta”. (Professora F).

Desta maneira, é necessário considerar a lógica da sustentabilidade na produção socioambiental. As pressões para que busque mecanismos responsáveis para evitar a degradação ao meio ambiente faz-se ainda mais indispensável. A partir dessa perspectiva a educação ambiental pode prover algumas orientações indispensáveis para o estabelecimento de um ambiente saudável. Por meio dela e pelas razões já mencionadas, deve-se desde a mais tenra idade, ou seja, na educação infantil, começar a estimular o equilíbrio na relação homem e o meio ambiente, produzindo ainda na criança hábitos ecológicos corretos.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa conclui que há certo desconhecimento da sustentabilidade, e a forma pela qual é possível introduzir a mesma no dia a dia do período letivo. Os profissionais da educação da pesquisa supracitada relatam que as dificuldades advêm do despreparo do educando e do educador e a pouca difusão da temática nos cursos de formação, o que também implica a pequena contribuição da matéria durante as aulas.

Todavia, a de se concluir que todos os profissionais entrevistados concordam sobre a importância da educação para a sustentabilidade, não só no ambiente escolar, mas também social e que se faz necessário em regime de urgência trabalhar meios sustentáveis para manter

os meios naturais em estabilidade, para que nossa geração consiga manter-se em conformidade, assim como também as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 7.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: BRASIL. Resolução N° 5, de 17 dezembro de 2009, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

BRASIL. Resolução N° 2, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press. Acessado em 09 de Outubro de 2017.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. 09 de Outubro de 2017. *change*. **Anais da International Conference in Göteborg**, 9-14 de junho de 1991.

ERIKSSON, Karl-Erik (1992). Physical foundations of ecological economics. In: HANSSON, Lars O. & JUNGEN, Britta (orgs.). *Human responsibility and global*.

FREITAS, Rafaela Estrela de; RIBEIRO, Karla Cristina Campos. **Educação e percepção ambiental para a conservação do meio ambiente na cidade de Manaus uma análise dos processos educacionais no centro municipal de educação infantil Eliakin Rufino**. **Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 03 Nov/2007**. Acessado em 09 de Outubro de 2017.

GEORGESCU-ROEGEN, N. (1971). The entropy law and the economic process. Gotemburgo, University of Göteborg, pp. 186-196.

HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Esquisa, n. 118, março/2003.

JUNGES, José Roque. **Ética Ambiental**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9393/96, 13° edição.

McLUHAN, M. **Revolução na comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. São Paulo. Editora Cortez. 2002.

OLIVEIRA. **O trabalho do professor na educação infantil**. 2 ed. São Paulo, 2014.

PADUA, S. M e TABANEZ, M, F. Participação Comunitaria: Elemento Chave na Proteção de Unidades de Conservação. In: CASCINO, F; JACOBI, P e OLIVEIRA, J. F, 1998. Educação, Meio Ambiente e cidadania, reflexões e experiências. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, São Paulo, SP.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

TAMAIO, I. 2000. A mediação do professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de Educação Ambiental na Serra da Cantareira e Favela do Flamengo/São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Campinas, São Paulo.